



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2025 a 31/10/2025

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/21

209.2025	Sessão Ordinária - CD	07/10/2025-16:36
Publ.: - -	Alice Portugal-PCdoB -BA	
BREVES COMUNICAÇÕES		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a retomada do debate sobre a reforma administrativa, afirmando que o Grupo de Trabalho da Câmara não concluiu suas atividades por não ter ouvido todas as entidades representativas do serviço público. Também destacou que a proposta apresentada previa contratação temporária e limitação da estabilidade dos servidores, o que fragilizaria o Estado e abriria espaço para a precarização e a terceirização. Nesse sentido, defendeu o concurso público como instrumento essencial de proteção institucional e lembrou casos em que servidores de carreira foram decisivos para coibir irregularidades. Ao concluir, reforçou que não é momento de discutir reforma administrativa sem ampla participação social.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, está aberta a temporada do debate sobre uma suposta reforma administrativa.

Quero asseverar que o Grupo de Trabalho que foi criado nesta Casa não concluiu o trabalho, porque não consegui ouvir o conjunto das entidades do serviço público.

Nasce uma proposta que continha, nos seus eixos, a contratação de servidores temporários e estáveis, ou seja, com tempo determinado de estabilidade. Como seriam aqueles diamantes que foram obstruídos, se não fosse por um servidor de carreira? Ou a propina da vacina, se não fosse um servidor de carreira?

Nós defendemos o concurso público. A reforma vem eivada de eixos que são contraditórios com a necessidade da proteção do Estado. Ela vem com terceirizações, ela vem com precarização e ela vem com quebra de estabilidade, ainda no seu conteúdo.

A quem interessa conflagrar o serviço público no Brasil?



Não é hora de reforma administrativa sem debate.

Documento 2/21

209.2025	Sessão Ordinária - CD	07/10/2025-16:36
Publ.: - -	Glauber Braga-PSOL -RJ	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a proposta de reforma administrativa não visa cortar privilégios, mas retirar direitos dos servidores públicos. Criticou o modelo que permitiria contratações temporárias, sem estabilidade nem plano de carreira, e que substitui salários fixos por bônus dependentes da chefia ou de metas inalcançáveis. Ressaltou ainda que a medida enfraqueceria serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social, e tramitava sem transparência. Por fim, classificou a reforma como um desmonte do Estado e anunciou resistência conjunta de Parlamentares, sindicatos e servidores públicos em defesa das garantias sociais e do serviço público de qualidade.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, essa reforma administrativa não é para cortar privilégios; é para cortar direitos de quem mais trabalha.

Querem transformar o servidor público em um trabalhador descartável. Querem, se puderem, contratar por tempo curto, sem vínculo, sem segurança, sem plano de carreira. Querem trocar salário estável por bônus incerto, para só ganhar bem quem agrade à chefia — ou colocando metas que sejam impossíveis. E chamam isso de eficiência? Eficiência para quem?

A verdade é que vão piorar o serviço público justamente onde o povo mais precisa: na escola, no posto de saúde, no CRAS. E fazem tudo às pressas, sem transparência, com cláusulas escondidas.

A gente não aceita essa reforma. Isso é um jogo pesado, jogado nas costas do povo e dos servidores da base. Isso não tem nada de modernizar; isso é desmontar o Estado brasileiro nas suas garantias sociais.

Nós vamos estabelecer aqui muita resistência, não só do ponto de vista parlamentar, mas junto com os sindicatos e com os servidores públicos de todo o Brasil.

"Não" a essa reforma administrativa, que é um verdadeiro desmonte, uma demolição!



Documento 3/21

212.2025 Sessão Ordinária - CD 09/10/2025-13:08
Publ.: DCD - 10/10/2025 - 79 Erika Kokay-PT -DF
BREVES COMUNICAÇÕES COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

A Deputada defendeu a atuação do Governo Lula no enfrentamento à corrupção, destacando a devolução de recursos desviados de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a responsabilização de fintechs envolvidas com o crime organizado. Na continuidade, rebateu a tentativa de descredibilizar o Pix; denunciou a proposta de reforma administrativa por fragilizar o serviço público, exaltando a importância da estabilidade para o combate à corrupção; condenou a insensibilidade da extrema direita ao não valorizar propostas em favor da educação e ao minimizar tragédias como as mortes por metanol, além de pautarem anistia para golpistas e comemorarem a retirada de impostos para super-ricos. Em seguida, prestou homenagem aos professores e professoras pelo Dia do Professor celebrado em Outubro. Por fim, reivindicou respeito e melhores condições para trabalhadores terceirizados da Câmara dos Deputados, cobrando providências quanto ao descumprimento de direitos trabalhistas por parte de uma empresa contratada.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Eu fico muito impressionada com isto: as pessoas acham que o povo brasileiro não tem memória e, com isso, elas agridem, desconsideram a inteligência dele.

Dizer que o Governo Lula não enfrenta a corrupção? Nós fizemos o enfrentamento de um esquema de corrupção bastante alimentado durante um Governo que roubava aposentados e aposentadas. Quem enfrentou esse esquema e está devolvendo o dinheiro roubado de aposentados e aposentadas? O Governo Lula.

O Senador da República do Distrito Federal Izalci Lucas disse ter levado as denúncias de fraude do INSS que chegaram a ele para o então Presidente da República, hoje condenado por corrupção ao roubar joias que não lhe pertenciam. Esse é um dos processos a que responde o hoje condenado Jair Bolsonaro. O Senador Izalci diz que levou essas denúncias, mas que nada foi feito.

Portanto, quem enfrentou a corrupção, que roubava o dinheiro dos aposentados e aposentadas, foi o Governo Lula, assim como ele estabeleceu as relações das fintechs, que esses que aqui estão querem proteger e impedir o aumento do imposto que elas pagam, porque só pensam nos super-ricos. Eles estão aqui



para proteger os super-ricos e menosprezar o povo brasileiro. Quem investigou o esquema que relacionava o PCC a fintechs e está combatendo o crime organizado em tudo quanto é canto do País? O Governo Lula — repito, o Governo Lula!

Não se pode açoitar a verdade como eles buscam fazer. É o que ocorre, por exemplo, com o valor do dólar. Nós escutamos aqui Parlamentares mandarem o povo comprar dólar, porque iria para 8 reais ou coisa que o valha. "*Comprem dólar!*" Foi um ataque especulativo, como houve contra a economia popular, quando se tentou tirar a credibilidade do Pix, que foi criado por servidores públicos, é coisa do Brasil.

Eles buscam engendrar uma reforma administrativa que é uma verdadeira demolição de direitos dos servidores públicos: coloca o Estado, em grande medida, a serviço da iniciativa privada e dos governantes; tira a autonomia e a estabilidade, que é a memória da própria instituição, é a possibilidade de servidores e servidoras denunciarem o malfeito. Quem denunciou o roubo de joias cometido por Bolsonaro e sua esposa? Foi um servidor público. Ele se recusou a colocar a digital nesse roubo de joias efetivado no Brasil.

É preciso que nós tenhamos muito apreço pela verdade, muita empatia. Fascista não tem empatia, não consegue sentir a dor do outro, só pensa em si mesmo. Por isso, a pauta deles é a anistia de golpistas. E comemoraram, ontem, de forma ruidosa, a retirada do aumento de impostos do super-ricos. Mas aqui não comemoraram os requerimentos de urgências que nós aprovamos para valorizar os educadores e as educadoras. Fascista não tem, portanto, qualquer tipo de empatia.

Vejam o caso do Governador de São Paulo, que disse que iria se preocupar com o assunto do metanol quando começasse a adulterar a Coca-Cola. Isso é inadmissível, inacreditável, mas aconteceu. É o absurdo perdendo a modéstia, como disse Nelson Rodrigues. É o mesmo sentido do "*eu não sou coveiro*". Isso foi dito então Presidente da República, que levou muitas pessoas a serem arrancadas dos próprios lares. Quem parte é sempre o amor de alguém! Isso nunca foi considerado pelo Presidente da República, à época, que levou muitas vidas, com a inexistência de políticas públicas; colocou em questionamento as vacinas; disse que as pessoas não tinham que usar máscara; disse que era uma gripezinha; disse que não era coveiro; sorria e fazia chacota de uma pessoa sem capacidade de respirar por conta da Covid.

Esse é o mesmo tipo de comportamento do hoje Governador de São Paulo, o Estado com o maior número de casos de adulteração de bebidas por metanol, que disse: "*No dia que começarem a falsificar Coca-Cola, vou me preocupar*". Isso é um desrespeito. Ainda que tenha buscado corrigir depois, ele o fez de forma absolutamente fria, porque dizer que só iria se preocupar com o metanol quando começasse a adulterar a Coca-Cola é inaceitável.

Respeite as pessoas no País! Respeite os familiares que perderam entes queridos! Respeite as pessoas que estão sendo atendidas nos hospitais em



função da adulteração com metanol! Mas exigir respeito da extrema direita, que não comemora a pauta que nós aprovamos aqui — urgência de uma série de proposições para homenagear professores e professoras —, é demais.

Deputado Chico Alencar, em Brasília, esta é a época dos flamboyants, que coincide com o mês dos professores e professoras. Penso que há uma identidade muito grande entre ambos, porque os flamboyants têm raízes profundas, um caule sólido, recortam e bordam o céu com muita beleza. Além disso, eles derramam os galhos para que possam ser alcançados por qualquer pessoa. Assim também são os professores e professoras: têm coragem, empenho com a verdade e compromisso com a liberdade.

Por fim, Presidente, venho a esta tribuna para dizer que é preciso respeitar os terceirizados e as terceirizadas desta Casa. Esses trabalhadores e trabalhadoras têm uma pauta de reivindicações que precisa ser recebida pelo Presidente da Casa e devidamente discutida. Mas, para além disso, temos uma empresa que assumiu a comunicação nesta Casa e não pagava os salários, não pagava as férias e, hoje, inclusive, não paga de forma adequada as rescisões.

Portanto, é preciso ter respeito, e respeito com quem constrói o Poder Legislativo. Nós estamos lutando pela conta vinculada, que já está sendo estudada pela 1ª Secretaria.

Documento 4/21

233.2025	Sessão Ordinária - CD	27/10/2025-19:24
Publ.: DCD - 28/10/2025 - 60	Zé Trovão-PL -SC	
BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

O Deputado criticou a pauta da semana de esforço concentrado da Câmara dos Deputados, afirmando que o Brasil não avançará enquanto estiver sob a liderança do Presidente Lula. Ademais, manifestou-se contrariamente ao requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 4.527, de 2025, que prevê estudo prévio de impacto do serviço de transporte de passageiros por aplicativo com uso de motocicleta no âmbito dos sistemas de saúde pública e de mobilidade urbana como requisito para autorização da atividade, na forma que específica. Alegou ainda que a proposição busca restringir o serviço de mototáxi, lembrando que a atividade garante sustento a milhares de famílias no Norte e no Nordeste. Além disso, repudiou o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, por considerar que a proposta tem caráter arrecadatório ao ampliar as vagas formais de 915 mil para quase 2 milhões, obrigando empresas a pagar por vagas não ocupadas, o que aumentaria em 7 bilhões de reais a receita do Governo Federal. Adicionalmente, defendeu que o



Parlamento priorize a reforma administrativa e medidas estruturantes. Ao final, rejeitou o modelo presidencialista, argumentando que o País precisa ser resguardado contra governos personalistas e ineficientes.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero começar esta fala dizendo que, nesta semana de esforço concentrado, deveríamos estar concentrados em apreciar apenas matérias que levasssem o Brasil a caminhar para a frente.

O Brasil não vai caminhar para a frente enquanto estiver sob a tutela de um descondenado que nem sequer sabe conduzir a economia nacional na sua plenitude, mas me assustam alguns requerimentos e projetos dispostos na pauta da Casa.

Primeiro, nós temos aqui um projeto, Líder, que trata da proibição dos mototáxis. Há um requerimento de urgência para o projeto que vai acabar com os mototáxis. O que há na cabeça de quem quer acabar com uma profissão que, no Norte e no Nordeste, é a que salva milhares de famílias da fome? Querem tirar o pobre da pobreza, mas querem proibi-lo de trabalhar. Está aqui o requerimento de urgência para ser votado hoje.

Pelo amor de Deus, vamos ter o mínimo de complacência com a economia nacional! Vão dizer: "*Não, o projeto não vai proibir*". Vai! Você vai dificultar, você vai criar uma regra. Não existe clareza no projeto. Esse é o primeiro projeto.

O segundo fala sobre os jovens aprendizes. Vou dar dados, números, apresentar fatos, para que não haja controvérsia. Para falar do PL do jovem aprendiz, vou citar dados.

Hoje existem 915 mil vagas disponíveis para o menor aprendiz trabalhar no Brasil. Sabem quantas estão ocupadas? Pouco mais de 600 mil. Você vai dizer assim: "*De que se trata isso?*" Nós estamos tratando de uma arrecadação astronômica. O projeto de lei que está na Casa visa aumentar esse número e criar mais 1 milhão de vagas. Nós temos 915 mil vagas e vamos passar a ter quase 2 milhões de vagas.

Sabem qual é o ponto-chave desse projeto? Não importa se o jovem aprendiz está ocupando a vaga, pois a empresa já está pagando por esse jovem aprendiz. Sabem para quê? Para aumentar em 7 bilhões de reais a arrecadação do Governo Federal. Pelo amor de Deus, gente! Mas que tipo, homem!

Em vez de votar esse projeto no dia de hoje, poderíamos votar, por exemplo, a PEC da reforma administrativa. Essa PEC já poderia estar no Plenário hoje para ser votada. Essa PEC, ao contrário do movimento da Esquerda, não acaba com o funcionário público. Essa PEC dá ao funcionário público a dignidade que ele não tinha e faz o mais importante: a transversalidade do setor público. Sabe o que é isso, Deputado? É simples. É poder remanejar pessoas que estão



em setores obsoletos ou inexistentes do setor público e colocá-las em um setor que está defasado, como, por exemplo, o Incra, em que falta gente.

O que mais me impressiona é que nós estamos falando de assuntos muito delicados no Brasil, mas, no momento, precisamos transformá-lo, Presidente Hugo Motta, em um país blindado contra qualquer político que se sente na cadeira presidencial, seja de direita, seja de esquerda, seja de centro, seja do quinto dos infernos! Nós temos que blindar o País para que pessoas que chegam à Presidência da República, através de um ideal ou de um viés, não atrapalhem o funcionamento da Nação.

O Brasil é um país que ainda vive sob o presidencialismo. Isso só faz com que a nossa Nação esteja sempre ultrapassada. Não adianta participar de reuniões bilaterais se não houver a responsabilidade de tratar da sua casa.

Então, eu repudio este requerimento de urgência do PL do menor aprendiz. Eu repudio este PL, que é única e exclusivamente arrecadatório.

Estamos jogando no colo das empresas mais 7 bilhões de reais de custo, para encher o bolso do Governo.

Documento 5/21

233.2025	Sessão Ordinária - CD	27/10/2025-21:52
Publ.: DCD - 28/10/2025 - 135	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado parabenizou a Presidente Jack pela condução dos trabalhos. Além disso, apelou à Mesa Diretora para salvar o mandato da Deputada Carla Zambelli, apontada como presa ilegal e inconstitucional. Também defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Deputado Capitão Alberto Neto e a aprovação da proposição referente à previdência dos militares na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Por fim, afirmou ter assinado PEC da Reforma Administrativa (PEC nº 38, de 2025), porém rejeitaria qualquer texto com prejuízos a servidores, sobretudo policiais.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Jack, eu quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Mesmo sendo PT, V.Exa. comandou a sessão de forma democrática, respeitando todos os Parlamentares. Eu a admiro. Discordamos em muitas coisas, mas V.Exa. é uma das Parlamentares que eu admiro aqui na Casa, por V.Exa. sempre respeitar o Parlamento.



Também quero agradecer a todos os Parlamentares pela noite de hoje e fazer um apelo à Mesa Diretora, para que possamos salvar o mandato da Deputada Federal Carla Zambelli, que está presa de forma ilegal e inconstitucional. Também peço apoio para a aprovação da PEC do Deputado Capitão Alberto Neto e, lá na CCJ, para a aprovação do nosso projeto sobre a previdência dos militares.

E quero esclarecer para todos, porque o Governo Lula está batendo nos Parlamentares que assinaram a PEC da Reforma Administrativa, que eu expliquei para o nosso partido que eu assinei e assino mesmo, mas que, na hora da votação, se houver algo contra os servidores, sobretudo contra os policiais, ela não conta com meu voto. Quero deixar isto claro para toda a população brasileira.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 6/21

234.2025 Sessão Ordinária - CD 28/10/2025-10:00
Publ.: DCD - 29/10/2025 - Lenir de Assis-PT -PR
45 BREVES
BREVES
COMUNICAÇÕES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada homenageou o Presidente Lula pelo aniversário, exaltando seu reconhecimento internacional e seu compromisso em “colocar os pobres no Orçamento e os ricos no Imposto de Renda”. Em seguida, no Dia do Servidor Público, elogiou os servidores da Câmara dos Deputados, os trabalhadores do Paraná e os de todo o país, criticando o Governo Ratinho Junior pela perda salarial de mais de 40% e pela “propaganda enganosa” sobre a situação do Estado. Por fim, rejeitou a proposição da Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público; afirmando que ela, na verdade, retira direitos, amplia terceirizações e enfraquece o Estado e a democracia, pedindo que o Congresso vote contra a proposta.

A SRA. LENIR DE ASSIS (Bloco/PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente Charles Fernandes.

Tenho hoje vários temas a tratar. Eu quero começar parabenizando o nosso



Presidente Lula pelo seu aniversário, comemorado ontem.

Como é bom e como dá orgulho ao povo brasileiro ver o Presidente da República andar mundo afora; ser parabenizado; ser cumprimentado como uma das maiores lideranças do mundo; poder propor negociações importantes para o nosso País, para a cadeia produtiva; abrir novos negócios mundo afora! Todos hoje querem conversar com o Presidente Lula.

Parabéns, Presidente! Vida longa, saúde e muita sabedoria para continuar a fazer a gestão do nosso País, como o senhor sempre diz, colocando os mais pobres no Orçamento e os mais ricos no Imposto de Renda! É assim que o senhor tem feito todos os dias do seu mandato. Parabéns, nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva!

Passo agora a outro assunto.

Hoje é o Dia do Servidor Público e da Servidora Pública.

Eu quero cumprimentar cada servidor e cada servidora do nosso País e, especialmente, os servidores da Câmara dos Deputados, que todos os dias fazem um trabalho extraordinário para conduzir os processos desta Casa, a fim de que o povo brasileiro saiba o que está acontecendo aqui e conheça o impacto em sua vida de cada debate que acontece aqui todos os dias.

Parabéns aos nossos servidores e servidoras, sejam eles concursados, sejam eles ocupantes de cargos comissionados dos nossos gabinetes, sejam eles contratados de outra forma! A todos vocês, o nosso reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao setor público.

Eu cumprimento, de forma especial, os servidores públicos do meu Estado do Paraná, que, nesta data, no seu dia, choram a perda salarial de mais de 40%.

Quem vai ao Paraná hoje, em todos os lugares vai se deparar com grandes *outdoors* que expõem a pujança do nosso Estado. Isso é verdade, mas são apenas propagandas e mais propagandas do Governo Ratinho Junior, que não reajusta, como deveria fazer, os salários dos servidores e servidoras públicas do Estado.

Então, fica registrado mais uma vez o nosso reconhecimento à grandeza dos nossos servidores do Estado, porque, mesmo com essa defasagem, mesmo com a pressão que recebem todos os dias na execução da política pública, a pressão violenta do Governo do Estado, eles estão ali cumprindo a sua missão, que é a de servir, e servir muito bem, no que diz respeito às políticas públicas.

Parabéns!

Lamentavelmente, nós temos também nesta data — e espero que a Câmara Federal não dê este presente ruim, amargo, para os servidores públicos — a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, a chamada



"PEC da Reforma Administrativa".

Eu chamo a atenção dos servidores e das servidoras e da população brasileira: não se iludem, não acreditem em conversas furadas, em quem diz que essa PEC vai acabar com privilégios, que essa PEC vai acabar com a corrupção, que essa PEC vai dar agilidade para o Estado brasileiro. Não vai! Essa PEC corrói por dentro o Estado brasileiro, a democracia, o serviço público. Essa PEC retira direitos de trabalhadores públicos, de trabalhadoras públicas do nosso País, porque fragiliza, porque desmonta o serviço público, porque possibilita cada vez mais terceirizações, cada vez mais privatizações e contratos precários, porque gera dificuldade imensa para a realização de concurso público.

Nós precisamos discutir nesta Casa com muita lucidez e muita responsabilidade as políticas públicas, especialmente aquelas que mais afetam a vida das pessoas, como é o caso das políticas públicas da área da saúde, do nosso Sistema Único de Saúde, da área da educação pública, da assistência social, do SUAS — Sistema Único da Assistência Social. Enfim, são políticas públicas que afetam diretamente a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, da população.

Nós temos que dizer "não" à PEC 38.

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 7/21

234.2025	Sessão Ordinária - CD	28/10/2025-10:04
Publ.: DCD - 29/10/2025 - 47	Emanuel Pinheiro Neto-MDB -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou que, embora muitos políticos façam homenagens no Dia do Servidor Público, a verdadeira defesa da categoria se mostrará quando for votada a proposição da Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público. Afirmou que o ponto central é garantir a independência e a estabilidade dos servidores, protegendo-os de apadrinhamento e interferências políticas, para assegurar um serviço público técnico e de qualidade. Concluiu pedindo que o povo mato-grossense e os eleitores em geral observem quem apenas faz discursos e quem realmente defende os servidores na prática.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/MDB - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, no Dia do Servidor Público, inúmeros personagens políticos estão fazendo as suas homenagens e as suas deferências, mas o dia em que realmente vai importar a defesa do servidor público vai ser o dia em que votarmos a PEC da Reforma Administrativa nesta Casa, vai ser o dia em que votarmos a independência dos servidores que têm estabilidade, frente ao apadrinhamento político, frente à influência política, para que sejam blindados de interferências que não correspondem aos anseios do povo brasileiro.

Então, é importante que o eleitor brasileiro, que o povo mato-grossense atentem para o que dizem aqueles que estão somente fazendo homenagens em plenário, em artigos e posts e para o que dizem aqueles que realmente defendem a estabilidade e o serviço público de qualidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 8/21

234.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025
53

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-10:24

Tadeu Veneri-PT -PR

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado alertou que a proposição da Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público; representa uma ameaça grave ao Estado brasileiro e ao serviço público. Explicou que a proposta acaba na prática com os concursos públicos, permitindo contratações precárias de até 10 anos, fragilizando a estabilidade e abrindo espaço para indicações políticas — um retrocesso ao período anterior à Constituição de 1988. Criticou o fato de a PEC não ter sido debatida com a sociedade, sem audiências públicas nem discussões amplas, e afirmou que ela fere o pacto federativo ao propor uma carreira única nacional. Também advertiu que a medida precariza serviços essenciais, como saúde, educação e pesquisa científica, ao permitir alta rotatividade de profissionais. Destacou ainda que parte da bancada do Paraná assinou a proposta e cobrou explicações desses Parlamentares. Por fim, anunciou mobilizações nacionais e estaduais contra a PEC, com um ato em Brasília (DF) no dia 29, reafirmando o compromisso de derrotar a proposta.



O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje eu ouvi muitos elogios aos servidores públicos, pelo transcurso do Dia do Servidor Público — e são merecidos —, mas não bastam elogios, Sr. Presidente.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, já está protocolada e, se vier a ser aprovada — e eu espero que não venha, Sr. Presidente —, praticamente vai destruir o Estado brasileiro, a forma como nós conhecemos o Estado brasileiro.

Quando eu digo "vai destruir o Estado", é porque dificilmente haverá concurso público, uma vez que funcionários públicos não serão contratados por concurso, mas admitidos de forma precária, por 5 anos, com intervalo de 2 anos, e mais 5 anos. A mesma pessoa poderá ficar 10 anos ou mais na instituição. A proposta é de carreira única, do Estado do Acre ao Estado do Rio Grande do Sul, o que invade competências e quebra o próprio pacto federativo.

Então, Sr. Presidente, parece-me que nós estamos diante de uma situação extremamente grave. No nosso Estado do Paraná, dos trinta Deputados que temos, quatorze assinaram favoravelmente à PEC. Eu espero que tenham argumentos para sustentar isso.

Se aprovada a PEC, Deputada Jack Rocha, o servidor entrará no serviço público ganhando um piso salarial e depois, ao término da sua carreira, terá 50% além daquele piso, e só. Progressão, promoção? Esqueça isso. Esqueça as formas que nós temos hoje de garantir o mínimo de estabilidade para o servidor, esqueça o usuário. Nós falamos de pesquisadores que fazem pesquisas há 10 anos, há 15 anos nas universidades, e todo mundo elogia. Como é que ficam essas pesquisas, Sr. Presidente? Não vão mais existir. Como é que fica o usuário que procura um médico e, um mês ou 2 meses depois, volta àquele mesmo local, mas é atendido por outro médico? Um professor entrará na escola na metade do ano, e, na metade do ano seguinte, será outro o professor a dar aula, e assim por diante. Então, Sr. Presidente, é um desastre.

O desastre maior é que essa PEC não foi debatida. Foi exposta aqui pelo Deputado que fez o seu relatório, mas ela não foi debatida nem na Comissão, nem em audiências públicas. Ela não foi debatida por ninguém.

A pergunta que faço é a seguinte: essa PEC serve a quem? Serve para que, a cada eleição, um grande número de servidores, se o candidato deles a Prefeito não for eleito, sejam exonerados, e sejam contratados outros, que fizeram campanha, como ocorria antes de 1988. Isso serve para dizer que os servidores públicos terão um brutal assédio moral, inclusive por conta da tal forma de avaliação. Para nós, Sr. Presidente, essa PEC não serve para absolutamente nada, a não ser para destruir o Estado. Por isso nós seremos contra, faremos



todo o movimento contrário.

Sr. Presidente, para concluir, lembro que amanhã, dia 29, um grande ato nacional será feito em vários Estados e aqui em Brasília também. No nosso caso, vamos recepcionar todos aqueles que vierem do Paraná para cá. Vamos debater nesta Casa, vamos debater nas Câmaras de Vereadores, vamos debater nas Assembleias Legislativas e vamos derrotar a PEC 38 em plenário, se ela vier a plenário. O Estado tem que continuar sendo Estado para todos, e não apenas para alguns.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 9/21

234.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025 - 82

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-11:16

Rodrigo Rollemberg-PSB -DF

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado homenageou o Dia do Servidor, parabenizando os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União (MPU) e do Distrito Federal, com destaque aos servidores da Câmara dos Deputados, do Senado e do Tribunal de Contas da União. Ademais, cumprimentou o Presidente Hugo Motta por pautar temas como o adicional de qualificação e a reestruturação do Poder Judiciário e defendeu a inclusão de projetos de reestruturação do MPU e de interesse dos demais servidores. Ao final, alertou para os riscos de retrocessos da reforma administrativa, como a perda da estabilidade e a redução de salários e do teletrabalho, ressaltando que este trouxe avanços, como menor poluição e melhoria no trânsito.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu gostaria de parabenizar todos os servidores públicos pelo seu dia: os servidores públicos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Distrito Federal. E, de forma especial, cumprimento os servidores do Congresso Nacional — Câmara e Senado — e do Tribunal de Contas da União.

Quero cumprimentar o Presidente Hugo Motta por ter pautado temas de interesse dos servidores públicos, como o adicional de qualificação e a reestruturação de carreiras do Poder Judiciário. É importante que sejam pautados também a proposta de reestruturação do Ministério Público da União



e outros projetos de interesse dos servidores públicos.

É muito importante, no Dia do Servidor Público, estarmos atentos aos retrocessos da proposta de reforma administrativa. Não podemos permitir retrocesso na estabilidade do servidor público, nem a redução dos salários iniciais das carreiras dos servidores públicos, nem a redução do número de servidores em teletrabalho, todas conquistas dos servidores públicos.

É importante registrar que a ampliação do número de servidores em teletrabalho trouxe melhoria para o trânsito das cidades e redução nas emissões de gases poluentes. É muito importante que se cobrem resultados no teletrabalho, em vez de propor retrocesso em algo que foi importante, que foi uma conquista, que foi um avanço.

Portanto, parabéns aos servidores públicos neste dia tão especial, um dia de luta em defesa dos servidores!

Documento 10/21

234.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025 - 97

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-11:52

Alice Portugal-PCdoB -BA

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, defendeu a aprovação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 974, de 2024, que altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para incluir os bolsistas de programa de pós-graduação stricto sensu e de pesquisa científica e tecnológica como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na categoria contribuinte individual, e a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para dispor sobre o direito ao gozo das licenças maternidade e paternidade dos estudantes que recebem bolsa de estudo. Ao final, homenageou os servidores públicos pelo seu dia e rejeitou a reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, a Maioria orienta "sim" a este projeto meritório.

Sem dúvida, os testes genônicos são indispensáveis e possíveis de serem



realizados sem impactos que abalem qualquer estrutura econômica.

Quero aproveitar para dizer que esses testes genômicos são feitos e desenvolvidos por pós-graduandos, pós-graduados, especialistas. Por isso, eu clamo que votemos hoje o item 12 da pauta, que garante a contagem do tempo de aposentadoria para os pós-graduandos brasileiros, assim como é feito para os médicos-residentes. Só assim nós iremos segurar esses bolsistas no Brasil após formados, para desenvolverem testes como esses, Sra. Presidenta.

Aproveito estes segundos restantes para parabenizar os servidores públicos brasileiros pelo seu dia.

"Não" à reforma administrativa!

Documento 11/21

234.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025 - 98

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-11:56

Jandira Feghali-PCdoB -RJ

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 265, de 2020, que altera a Lei 11.664, de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética. Ademais, homenageou os servidores públicos pelo seu dia e manifestou sua preocupação com a precarização do serviço público por meio da reforma administrativa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, o mapeamento genético é um dos instrumentos mais importantes de prevenção ao câncer. É muito importante a votação deste projeto, porque vai garantir a realização desse mapeamento no sistema público de saúde, bem como nos sistemas suplementar e complementar.

Ao mesmo tempo, como servidora pública da saúde concursada do Ministério da Saúde, quero parabenizar todos os servidores públicos, que não são servidores de governos, são, sim, servidores do povo. Os servidores públicos precisam ser valorizados, respeitados, e não podem ser precarizados, que é o temor que a gente tem com a votação da reforma administrativa. Aqui não se trata de impedir o cerceamento de supersalários, privilégios, férias dobradas. Não é disso que se trata. A gente vota a favor disso tranquilamente. O que a gente não quer é a utilização desse argumento para precarizar o serviço público



brasileiro.

Então, o Governo vota "sim" a este projeto, Presidenta.

Documento 12/21

235.2025	Sessão Ordinária - CD	28/10/2025-17:16
Publ.: - -	Alice Portugal-PCdoB -BA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada celebrou o Dia do Servidor Público, destacando que são os servidores das três esferas — Federal, Estadual e Municipal — que garantem que as políticas públicas cheguem à população. Ressaltou que o Brasil tem hoje menos servidores do que a média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e que muitos deles trabalham com sacrifício para manter os serviços funcionando. Além disso, como servidora pública e coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, parabenizou a categoria e fez um apelo contra a aprovação de uma reforma administrativa que terceirize ou torne temporárias as funções públicas, defendendo um debate amplo e responsável sobre o tema.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente Hugo Motta.

Sr. Presidente, hoje é o Dia do Servidor Público, aquele que serve a sociedade, que leva as políticas públicas para a sociedade. São homens e mulheres nas três esferas — União, Estados e Municípios — servidores federais, estaduais e municipais, em uma ordem de quantidade hoje muito menor, inclusive, do que a OCDE indica e, sem dúvida alguma, fazendo sacrifícios muitas vezes, em sua ampla maioria, para garantir que os serviços públicos continuem efetivos e cheguem até a casa, à mesa, à segurança do cidadão e da cidadã.

Como servidora pública e coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, parabenizo os servidores e apelo para que não aprovemos uma reforma que terceirize ou transforme o serviço público em temporário em sua maioria, e para que possamos ter um debate profundo sobre a reforma administrativa.

Documento 13/21

235.2025	Sessão Ordinária - CD	28/10/2025-15:12
----------	-----------------------	------------------



Publ.: DCD - 29/10/2025
Paulão-PT -AL

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou posicionamento contrário à PEC da reforma administrativa (Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025) em tramitação, ao considerar que ela penalizaria injustamente os servidores públicos, apresentando-os como os vilões de todos os problemas do País. Ressaltou que a proposta, relatada pelo Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), contém pontos com os quais há acordo, como o limite aos supersalários e a padronização das férias em 30 dias, mas criticou aspectos como a possibilidade de demissão ampla de servidores, a eliminação da estabilidade e o fim da progressão por antiguidade. Além disso, destacou que a bancada do PT se posicionou contra a proposta, e que nenhum Parlamentar assinou a PEC. Por fim, reafirmou que, caso a proposta chegue com o conteúdo da forma que está, o PT irá votar contrariamente.

O SR. PAULÃO (Bloco/PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo por presidir esta sessão.

Colegas Parlamentares, eu vou tratar de um assunto que a sociedade, principalmente os servidores públicos, vem acompanhando: a reforma administrativa.

O Sr. Relator da reforma administrativa teve a oportunidade de fazer um debate com a bancada do PT. Isso ocorreu há mais de 30 dias. Depois da sua exposição, a gente percebeu que não havia consenso. Na verdade, havia muitas controvérsias. De novo, estão colocando o servidor público como vilão, como se fosse o responsável por todos os problemas do nosso querido Brasil.

É verdade que o Relator, o Deputado Pedro Paulo, do PSD do Rio de Janeiro, afirma que quer colocar limites nos supersalários, uma reivindicação antiga, que não precisava nem ser tratada em uma PEC. Bastaria aplicar esses limites. Afinal de contas, há na sociedade o sentimento de que é preciso estabelecer limites.

É verdade também que ele quer limitar as férias. O servidor em geral e, principalmente, os trabalhadores da iniciativa privada têm 30 dias de férias. No entanto, algumas categorias têm 60 dias de férias. Não pode haver essa diferenciação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Estes dois pontos — o extrato e as férias de 60 dias —, nós consideramos que são privilégios e que devem ser modificados. No entanto, o servidor público não pode ser colocado como vilão. Querem estabelecer que o último caminho será o concurso; que todos poderão ser demitidos; que o processo de



antiguidade será eliminado; que a prerrogativa caberá exclusivamente ao Executivo, por mérito, que, muitas vezes, tem um papel objetivo e subjetivo.

Portanto, na reunião que a bancada fez hoje, estabelecemos a posição corretíssima de não dar apoio a esse modelo de reforma administrativa que querem fazer chegar a esta Casa. Ele quer colocar o servidor público como vilão de todas as causas. A gente não pode aceitar essa rotulação. O PT já se posicionou. A PEC, que já foi colocada em tramitação, teve 171 assinaturas. Nenhum Deputado do PT, Deputado Luiz Couto, assinou essa PEC. Nós consideramos esse modelo de reforma administrativa equivocado e extemporâneo.

Agora a gente tem que saber a posição do Governo, do Poder Executivo. A Ministra da Gestão vinha conduzindo o processo da reforma administrativa com mais prudência, mas ele foi tomado, e a gente está na mão do Centrão nesta Casa.

Portanto, o PT já se definiu, de forma individual também, e, se esse projeto chegar aqui com esse conteúdo, votaremos contrariamente a essa reforma administrativa, porque ela quer penalizar o serviço público.

Essa cantilena não é um problema do Brasil, é do mundo. Toda vez que o capitalismo quer discutir menos Estado, ele ataca as privatizações, ataca os direitos da classe trabalhadora de forma geral, principalmente celetista, da iniciativa privada, e também o serviço público.

Então, Sr. Presidente, queria registrar que sou contrário a esse modelo de reforma administrativa que está chegando a esta Casa. A bancada do PT está tendo altivez também porque nenhum Parlamentar assinou a PEC, para que ela tramite.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. autorizasse a divulgação deste pronunciamento em todos os meios de comunicação, principalmente no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 14/21

235.2025

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-15:36

Publ.: DCD - 29/10/2025 -
216

Defensor Stélio Dener-REPUBLICANOS -RR

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



O Deputado homenageou os servidores públicos pelo Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, ressaltando a importância da atuação desses profissionais na entrega dos serviços públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Defendeu que o Estado deve assegurar condições dignas de trabalho e reconhecimento adequado às suas funções. Ademais, ressaltou que somente 25% dos Deputados, assim como ele, defensor público, são servidores públicos, mas apenas um partido na Casa não possui Deputados servidores públicos. Por fim, enfatizou a necessidade de que a reforma administrativa em discussão (Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025) seja justa e respeite os direitos adquiridos, corrigindo distorções sem comprometer as conquistas das categorias.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje, dia 28 de outubro, Dia do Servidor e da Servidora Pública, é um dia em que o Brasil deve reconhecer, de forma muito eloquente, o valor que tem o servidor público para a entrega dos serviços públicos tanto em âmbito federal como em âmbito estadual e municipal.

O servidor público tem, na sua essência, a capacidade de entregar algo que é dever e obrigação do Estado. E esse mesmo Estado, Presidente, deve, de todas as formas, procurar proteger esse servidor, fazer com que ele seja bem retribuído pelas suas ações, pelo seu trabalho, e deve, sobretudo, fazer com que ele possa, dentro do ambiente de trabalho, oferecer um trabalho digno e de cidadania às pessoas do Brasil.

Nesta Casa, apenas um partido não tem representatividade de servidor público na sua bancada. Nesta Casa, entre as 27 Unidades da Federação, apenas uma não tem servidor público na sua bancada. Por exemplo, no meu Estado, Roraima, dos oito Deputados Federais, três são servidores públicos, assim como eu sou servidor público, no cargo de defensor público. Apenas 25% de todos os 513 Deputados e Deputadas Federais do Brasil são servidores públicos, ou seja, 75% dos que compõem esta Casa não são servidores públicos.

Então, Presidente, quero aqui dar os parabéns aos servidores e às servidoras públicas do Brasil por tudo o que fazem em relação à entrega do serviço público brasileiro e dizer que, como servidor público, estou atento à reforma administrativa, para que seja uma reforma justa com os servidores públicos de todas as esferas do Poder.

Devemos corrigir as grandes distorções que existem no serviço público, mas devemos garantir direitos adquiridos. Devemos olhar como os servidores entregam os seus serviços a todo o Brasil.

Presidente Lula da Fonte, que agora assume a Presidência, eu estou aqui falando sobre os servidores públicos. Todos nós, Deputados e Deputadas, temos que fazer nessa reforma administrativa algo justo para o serviço público brasileiro e para os servidores públicos. Devemos corrigir grandes distorções,

sim, mas garantindo os direitos adquiridos, que são frutos das lutas de todas as categorias.

Que a nossa voz seja divulgada nos meios de comunicação da Casa, Presidente.

Muito obrigado.

Documento 15/21

235.2025 Sessão Ordinária - CD 28/10/2025-15:56
Publ.: DCD - 29/10/2025 - Átila Lins-PSD -AM
223

BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado parabenizou os servidores públicos pelo Dia do Servidor Público e, em relação à PEC da Reforma Administrativa (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025), declarou que não apoiará uma proposta que prejudique essa categoria, defendendo um debate amplo e cuidadoso sobre o tema. Além disso, relatou a visita do Prefeito Thomé Neto, de Autazes (AM), a Brasília, onde participou de reuniões em Ministérios para buscar apoio ao Município. Ainda, fez apelo ao Governador do Amazonas, Wilson Lima, pela reabertura do posto da Secretaria da Fazenda (Sefaz) entre Boca do Acre (AM) e Rio Branco (AC), devido à evasão de renda e receita causada por seu fechamento. Por fim, solicitou ao Ministério da Saúde que a carreta do programa Agora Tem Especialistas, após concluir atendimentos em Humaitá (AM), seja enviada ao Município de Lábrea (AM), em atenção a pedidos e à necessidade da população local.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna fazer três breves registros.

Primeiro, quero exaltar e parabenizar os servidores públicos pelo seu dia, que hoje o Brasil está comemorando. É claro que o servidores públicos estão numa expectativa muito grande diante da proposta de emenda à Constituição que tramita nesta Casa e que poderá fazer profundas alterações no setor público do País. Nós não apoiamos uma proposta de emenda à Constituição que venha a trazer prejuízo para a briosa classe dos servidores públicos do Brasil. Acredito que o debate sobre essa proposta será muito amplo, sem nada de afogadilho, nada de pressa. Tratar de servidor público é uma coisa que tem que ser feita com calma, e temos que ouvir os segmentos interessados.



O outro assunto, Sr. Presidente, é a presença aqui em Brasília do Prefeito de Autazes, o Thomé Neto, que está visitando vários Ministérios. Estivemos no Ministério do Desenvolvimento Social, com o Secretário-Executivo Osmar Ribeiro, tratando de apoio para o Município de Autazes. Ainda vamos ter audiência com o Ministro do Turismo, porque lá em Autazes, no final de novembro, vamos ter a Festa do Leite e a Feira Agropecuária. E vamos ter audiência também com o Ministro do Esporte, o nosso companheiro André Fufuca.

O Prefeito de Autazes está aqui em Brasília tratando dos mais diferentes assuntos e procurando solucionar os problemas que afligem a comunidade autazense.

Quero registrar também um apelo ao Governador do Amazonas, Wilson Lima, para que ele determine a volta do posto de fiscalização da Secretaria da Fazenda do Amazonas na fronteira entre Boca do Acre e Rio Branco, porque, com o fechamento desse posto da Sefaz, tem havido um prejuízo muito grande, uma grande evasão de renda e de receita. A reabertura do posto é imperiosa e imprescindível para que Boca do Acre continue a manter certo equilíbrio e certa organização no trânsito que existe entre Boca do Acre e o Estado do Acre propriamente dito.

Por fim, eu queria registrar nossa expectativa sobre a carreta do programa Agora Tem Especialistas que está atendendo no Município de Humaitá. Faço um apelo ao Ministério da Saúde: depois que essa carreta de especialistas concluir o seu atendimento em Humaitá, que ela possa ir para o Município de Lábrea, para que também a população de Lábrea, que é o principal Município do Rio Purus, possa usufruir desse serviço. É o apelo que dirijo ao Ministro Alexandre Padilha e aos setores competentes do Ministério da Saúde: que, depois de concluído o trabalho em Humaitá, a carreta de especialistas possa se dirigir ao Município de Lábrea. Faço o pedido em atendimento a apelo que recebi de lideranças de Lábrea, de todos os nossos companheiros do Município.

Era só isso, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que determine a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado a V.Exa.

Documento 16/21

235.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025 - 224

Sessão Ordinária - CD

28/10/2025-16:00

Rodrigo Rollemberg-PSB -DF

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

O Deputado parabenizou os servidores públicos pelo Dia do Servidor Público e expressou expectativa quanto à apreciação de requerimentos na Ordem do Dia relacionados a esses trabalhadores, destacando os itens da pauta que tratam da reestruturação das carreiras do Judiciário e do adicional de qualificação para esses servidores. Ainda, solicitou a inclusão na pauta do requerimento de urgência para o projeto de reestruturação da carreira do Ministério Público da União, ressaltando que já foram coletadas as assinaturas necessárias. Além disso, reiterou a importância de que a semana legislativa seja dedicada aos temas de interesse do funcionalismo público. Por fim, manifestou preocupação com a reforma administrativa (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025), especialmente quanto a possíveis perdas de direitos e conquistas, como estabilidade, remuneração inicial das carreiras e teletrabalho.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos ansiosos para o início da Ordem do Dia, para a apreciação dos requerimentos de interesse dos servidores públicos. Nós temos o item 3 da pauta, que é um requerimento de urgência para o projeto do adicional de qualificação dos servidores do Judiciário, e também temos o item 10, que trata da reestruturação das carreiras do Judiciário. Quero registrar a presença aqui do Fernando Freitas, Presidente da Assejus, e também da Fenajus. É muito importante apreciar e aprovar esses temas.

Também queremos cumprimentar o Presidente Hugo Motta e solicitar-lhe a inclusão na pauta do requerimento de urgência para o projeto da reestruturação da carreira do Ministério Público da União — já temos as assinaturas suficientes.

É muito importante que dediquemos esta semana aos projetos de interesse dos servidores públicos, como tem sido a norma nesta Casa. Estamos muito preocupados com a reforma administrativa, especialmente com aquelas medidas que significam retrocessos à estabilidade dos servidores públicos, redução do salário inicial das carreiras e também redução do teletrabalho, que foi uma conquista importante dos servidores públicos.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e mais uma vez parabenizo todos os servidores públicos desta Casa.

Documento 17/21

235.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025 - 226

Sessão Ordinária - CD

Helder Salomão-PT -ES

28/10/2025-16:04

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

O Deputado homenageou os servidores públicos pelo Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, ressaltando a importância do reconhecimento e da valorização desses profissionais que atuam nas esferas municipal, estadual e federal. Manifestou-se contrário à proposta de reforma administrativa (Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025) que tramita na Câmara, por considerar que retira direitos e precariza o serviço público. Por fim, destacou ser favorável ao combate de privilégios, mas defendeu a preservação das conquistas dos servidores brasileiros.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero, neste dia 28 de outubro, saudar todos os servidores públicos e servidoras públicas do Brasil pelo Dia do Servidor Público e dizer que nós, mais do que homenagear os servidores públicos, precisamos valorizar as pessoas que, em todo o País, nos Municípios, nos Estados e na União, prestam um serviço de qualidade à nossa população.

Quero também aproveitar esta oportunidade para manifestar o meu posicionamento contrário à tentativa de aprovar aqui uma reforma administrativa que vai retirar direitos dos servidores, que vai precarizar o serviço público. Nós somos a favor de combater privilégios, mas não somos a favor, de maneira alguma, de retirar direitos e conquistas dos servidores públicos brasileiros.

Documento 18/21

235.2025

Publ.: DCD - 29/10/2025 - 376

Sessão Ordinária - CD 28/10/2025-21:44

Adriana Ventura-NOVO -SP

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada esclareceu que manteve o destaque por considerar preocupante o uso do fundo da Defensoria Pública, argumentando que a redação do dispositivo é confusa e pode abrir brechas para pagamentos que ultrapassem o teto constitucional, sem transparência e fora do orçamento geral. Ressaltou ainda que há confusão entre despesas legítimas, como deslocamentos, e pagamentos indevidos com caráter salarial, destacando a necessidade de uma reforma administrativa e de maior clareza na redação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da



oradora.) - Muito obrigada.

Na verdade, eu pedi esse esclarecimento porque hoje há um grande debate sobre esse ponto. É claro que despesas com deslocamento e outras coisas têm que ser pagas, mas a gente está numa superdiscussão sobre o tema. Há muita confusão em razão de termos que são usados para justificar pagamentos que, na verdade, representam salários que ultrapassam o teto constitucional. A gente está debatendo sobre uma reforma administrativa, que já deveria ter sido feita.

Então, a gente vai manter o destaque. Eu peço que a votação seja nominal.

Poderíamos ter melhorado essa redação, sugestões foram feitas, e tentamos várias coisas.

Então, como a redação ficou muito mal feita, que fala em utilizar um fundo público sem transparência, fora do orçamento geral, para ainda cairmos em um possível fura-teto, mantemos o destaque.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. Bloco/PSD - RJ) - Destaque mantido. Só não posso dar votação nominal, porque o requerimento foi retirado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Retirado? Ah, sim, está correto.

Documento 19/21

236.2025

Publ.: DCD - 30/10/2025 - 166

Sessão Ordinária - CD

29/10/2025-13:32

Maria do Rosário-PT -RS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada ressaltou a presença de servidoras e servidores públicos em Brasília (DF) em mobilização contra a reforma administrativa (Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025). Afirmou que o tema não deveria ser prioridade na Câmara dos Deputados e alertou para o risco de precarização dos princípios do serviço público. Também destacou preocupação com o impacto da proposta sobre os concursos públicos, ao prever contratações temporárias antes da nomeação de servidores efetivos. Por fim, defendeu que a reforma não seja aprovada e saudou os servidores mobilizados.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da



oradora.) - Sr. Presidente, eu quero me referir à importância de termos hoje, em Brasília, uma presença muito forte de servidoras e servidores públicos do Brasil, preocupados com a reforma administrativa, à qual se opõem.

Senhores e senhoras, este tema não é uma prioridade para a Câmara dos Deputados votar neste momento. Sempre que se fala em reforma administrativa, fala-se, em geral, em precarizar princípios do serviço público.

A preocupação que tenho com essa reforma administrativa diz respeito, sobretudo, ao concurso público. Senhores e senhoras, a proposta fala em esgotar a possibilidade de contratação antes de haver a nomeação permanente de servidores. Isso é muito preocupante, Sr. Presidente.

Em que pese o trabalho do Relator e a boa-fé que devemos ter, nós não podemos aprovar essa reforma administrativa.

Saúdo os servidores e as servidoras.

Documento 20/21

236.2025	Sessão Ordinária - CD	29/10/2025-18:32
Publ.: DCD - 30/10/2025 - 285	Fernanda Melchionna-PSOL -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO
		DISCURSO

Sumário

A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 458, de 2021, que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (RARP) para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional, e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais. Ademais, condenou a inclusão de matérias estranhas na proposição, especialmente a inclusão do Programa Pé-de-Meia no mínimo constitucional da educação, que acarretará um corte de 13 bilhões de reais em política educacional. Além disso, criticou a redução do prazo para apresentação do laudo pericial do auxílio-doença, o que resultará em segurados doentes retornando ao trabalho. Adicionalmente, recriminou a burocratização do auxílio-defeso, que dificulta o acesso dos pescadores artesanais ao benefício. Ao final, elogiou a marcha dos servidores públicos federais, em Brasília (DF), contrária ao arcabouço fiscal e à Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público (Reforma Administrativa).



A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós aqui temos uma contrariedade pesada com esses três jabutis que foram incluídos no Projeto de Lei nº 458, de 2021.

Facilita falar, depois do Deputado Tarçísio, sobre a gravidade que isso vai significar para o orçamento da educação. O orçamento da educação foi brutalmente ajustado durante o Governo Bolsonaro, não retomou os seus padrões anteriores de ampliação, e, com a inclusão do Pé-de-Meia no piso da educação, isso significa 13 bilhões de reais a menos para a educação, para a assistência, para a permanência, para a política de expansão das universidades e dos institutos federais. Aqui há um ataque pesado à educação superior.

O caso do auxílio-doença, então, é muito grave. Hoje a pessoa precisa do laudo pericial em até 180 dias depois do ingresso do pedido do auxílio-doença. Esse prazo vai passar para 30 dias. Porém, se houvesse suficientes peritos do INSS para fazer a perícia e não houvesse fila, Deputado Chico, para nós não haveria nenhum problema. Mas hoje há uma fila de 900 mil pessoas, número que pode chegar a 2 milhões. O que isso significa? Que haverá gente doente sendo obrigada a ir trabalhar.

Quanto ao seguro-defeso, que pode ter algum descontrole, sua ideia é proteger o meio ambiente e justamente permitir que os pescadores artesanais possam, no período de reprodução das espécies, parar e manter o seu sustento. Aqui se pede uma burocratização que vai inviabilizar o acesso das pessoas a esse direito.

Hoje foi feita uma grandiosa marcha dos servidores públicos federais, que lotaram as ruas de Brasília com milhares de caravanas, com trabalhadores Brasil afora. Esses servidores lutavam contra a "reforma administrativa", a PEC 38, que lutavam contra o arcabouço fiscal e os limites autoimpostos pelo próprio Governo. Nós enfrentamos o arcabouço fiscal e votamos contra ele, enfrentamos essa lógica inclusive em oitivas com o Ministro Haddad.

Em um momento de polarização política, é muito ruim haver sinais invertidos, medidas de ajuste que tiram direitos daqueles que ajudaram a eleger Lula, daqueles que nos ajudaram a enfrentar a extrema direita, do povo trabalhador que luta por mais direitos. É muito complicado fazer sinais que significarão mais confusão política, mais limites autoimpostos ao Governo, a manutenção de uma lógica de arcabouço fiscal, e, ao mesmo tempo, um ataque brutal aos recursos da educação. Essa é uma forma de colocar um programa bom para dentro do piso da educação, tirando 13 bilhões de reais da educação do nosso País, mas não com o nosso voto. Nós vamos...



Sumário

O Deputado manifestou posicionamento contrário à reforma administrativa (Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025), argumentando que seu conteúdo, fundamentado na austeridade fiscal, dificulta o diálogo e o avanço das políticas públicas sociais. Apontou que a reforma desestrutura a coletividade dos servidores, privilegiando a meritocracia individual e enfraquecendo instrumentos de organização e luta dos servidores públicos nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal. Defendeu ainda a constituição de Comissão Especial para amplo debate democrático com participação de setores da sociedade e servidores. Por fim, considerou que, diante das desigualdades sociais, regionais, culturais, educacionais e ambientais do País, não se deve construir arcabouço constitucional que limite investimentos públicos e perspectivas de carreira decente dos servidores.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu queria manifestar o meu posicionamento individual sobre a reforma administrativa.

Acredito que, nesta conjuntura, o conteúdo proposto dificulta o diálogo e o avanço das políticas públicas sociais, porque a reforma tem como princípio fundamental a austeridade fiscal. Efetivamente, na carreira do servidor, ela desestrutura a coletividade e valoriza a individualidade, portanto, a meritocracia individual, e, ao mesmo tempo, desestrutura o instrumento de organização e de luta dos servidores públicos do País, no âmbito municipal, estadual ou federal.

Por isso, eu quero manifestar minha posição pessoal contra a reforma administrativa. Precisamos de amplo debate democrático sobre a matéria.

Sr. Presidente, a reforma administrativa não pode ser encaminhada diretamente a este plenário. Se for para fazer um debate, é preciso que se constitua uma Comissão Especial, a fim de que todos os setores da sociedade brasileira e os servidores, em particular, tenham a oportunidade de dialogar, de discutir e de opinar.

Por isso, a mobilização que aconteceu ontem em Brasília foi uma expressão política de contrariedade e crítica à reforma administrativa.

O meu posicionamento pessoal é contra a emenda constitucional, pela austeridade fiscal. No momento em que nós temos que enfrentar as desigualdades sociais, regionais, culturais, educacionais e ambientais do País, nós não podemos construir um arcabouço constitucional que limita os investimentos públicos para o povo brasileiro ou que limita a perspectiva de



carreira decente dos servidores públicos brasileiros.

Parabéns, servidores públicos, pela mobilização, pela organização e pelo posicionamento contra a reforma administrativa!

Obrigado, Sr. Presidente.
